

A mulher como professora primária

Um desafio profissional na Primeira República

Women as primary teacher
A professional challenge in the First Republic

La mujer como maestra
Un desafío profesional en la Primera República

ALBERTO DAMASCENO*

Universidade Federal do Pará, Belém- PA, Brasil.

EMINA SANTOS**

Universidade Federal do Pará, Belém- PA, Brasil.

MONIKA RESCHKE***

Universidade Federal do Pará, Belém- PA, Brasil.

SUELLEM MARTINS PANTOJA****

Universidade Federal do Pará, Belém- PA, Brasil.

RESUMO: O artigo esboça, em linhas gerais, as mudanças no contexto da Primeira República no estado do Pará, em relação à compreensão da função da mulher em termos de sua profissionalização, sobretudo

* É Mestre em Educação Escolar Brasileira pela Universidade Federal de Goiás e Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é Professor Titular da Faculdade de Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, onde atua no Programa de Pós Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica. *E-mail:* <albertod@ufpa.br>.

** Doutora em Ciências Sócio Ambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é Professora Titular do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. *E-mail:* <emina@ufpa.br>.

*** Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará e graduação em Direito pela Universidade da Amazônia. É doutoranda em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidad Del Museo Argentino. Atua como professora de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental na Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua- PA. *E-mail:* <monikareschke@hotmail.com>.

**** Graduada em Pedagogia na Universidade Federal do Pará. Atualmente desenvolve suas atividades no Grupo de Estudos em Educação no Pará na Primeira República (GEPRE), no qual atua como bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/UFPA. *E-mail:* <smartinspantoja@gmail.com>.

no campo do magistério na escola primária. Com base em obras mais atuais e em documentos do período, analisamos o processo de inserção da mulher como profissional, inicialmente na função do magistério primário, para, a partir de então, alcançar outros cargos e funções, como o de diretora de grupo escolar.

Palavras-chave: Primeira República. Mulher. Instrução pública. Magistério.

ABSTRACT: This article outlines the changes in the context of the First Republic in the state of Pará, with regard to understanding the role of woman in terms of their professionalization, especially in the field of primary school teaching. Based on current works and document of the period, we analyzed the process of insertion of women as professionals at first in the function of primary teaching and from then on, to reach other positions and functions, such as that of school group director.

Keywords: First Republic. Women. Public education. Teaching.

RESUMEN: El artículo presenta, en líneas generales, los cambios, en el contexto de la Primera República en el estado de Pará, en relación con la comprensión de la función de la mujer en términos de su profesionalización, sobre todo en el campo de la instrucción primaria. Con base en obras más actuales y en documentos del período, examinamos el proceso de inserción de la mujer como profesional, inicialmente en la función de la enseñanza primaria, para, a partir de entonces, alcanzar otros cargos y funciones, como el de directora de educación primaria (llamado “*grupo escolar*”).

Palabras clave: Primera República. Mujer. Instrucción pública. Enseñanza.

Introdução

O presente estudo é de natureza documental e bibliográfica, no qual buscamos desenvolver uma reflexão sobre as questões de gênero e educação na Primeira República no Pará, a partir de documentos de natureza oficial e informativa, como as mensagens dos governadores, relatórios e jornais para a contextualização do período analisado.

Tais fontes nos auxiliaram a compreender a situação da mulher no período da Primeira República (1889–1930), no Brasil e no Estado do Pará, com ênfase nas duas primeiras décadas do século XX, nas quais percebemos mudanças importantes no que concerne às possibilidades de desenvolvimento profissional e inserção da mulher no mercado de trabalho, em segmentos que antes eram estritamente masculinos.

Nosso objetivo foi o de obter uma compreensão acerca dos avanços da mulher como profissional do ensino, em um cenário no qual era vista e idealizada por meio de estereótipos arraigados de valores éticos e morais do catolicismo conservador, que consolidavam, à época, uma imagem de mulher como ente submisso e puritano perante a sociedade, a família e o esposo, cujo papel era restrito ao de reprodutora da prole e administradora do lar.

Nesta medida, a formação da mulher estava restrita à preparação para os afazeres domésticos, inexistindo, a preocupação com o ensino superior, pois à sociedade daquela época o que deveria interessar à mulher não ultrapassava os limites da preservação dos preceitos morais e sociais da família patriarcal republicana.

Entretanto, na contramão desse pensamento, algumas mulheres foram deixando de ser apenas responsáveis pelos afazeres domésticos e foram seguindo no campo profissional, primeiramente, como professoras primárias, o que já foi uma conquista, pois não era bem vista uma mulher que trabalhava fora de casa.

Todavia, àquela época já era possível observar também experiências de mulheres com trajetórias profissionais distintas, que conseguiram conquistar reconhecimento social e profissional em cargos variados, até mesmo em funções diretivas, como era o caso das diretoras de grupos escolares em pleno início do século XX.

A função de Diretor (a) surgiu com o advento dos grupos escolares e apresentou um papel fundamental para a reforma republicana vigente na época, pois do diretor (a) escolar se esperava tudo, “organizar, coordenar, fiscalizar e dirigir o ensino primário” (SOUZA, 1998:75), demonstrando a importância dessa função.

Os grupos escolares representavam uma inovação no período republicano, sendo inicialmente implantados na cidade de São Paulo e idealizado por Caetano de Campos no ano de 1893, representando

um novo modelo de organização administrativo-pedagógico da escola primária com base na graduação escolar, classificação dos alunos por grau de adiantamento, no estabelecimento de programas de ensino e da jornada escolar, na reunião de vários professores e várias salas de aula em um mesmo edifício-escola para atender um grande número de crianças, na divisão do trabalho e em critérios de racionalização, uniformidade e padronização do ensino (SOUZA, 2001:75).

Essa inovação na formatação escolar ocasionou um “ensino que não apenas regulou o comportamento, reencenando cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais)” (VIDAL, 2006:9).

Dessa forma, a fiscalização não poderia mais ser realizada à distância pelos inspetores, sendo necessário ter alguém dentro da escola para tal finalidade, surgindo, como já mencionado, o cargo de diretor (a) escolar, ao qual cabia fazer a interlocução junto ao governo e determinar as diretrizes administrativas e pedagógicas dos grupos escolares.

Vale destacar que os grupos escolares foram criados com a finalidade de

reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidas no raio da obrigatoriedade escolar (2 km para o sexo masculino e 1 km para o feminino distante da escola). Essa reunião de escolas era feita a critério do Conselho Superior. Em cada Grupo Escolar existia um diretor e tantos professores quantas fossem as escolas (classes, como mais tarde serão chamadas) reunidas (REIS FILHO, 1981:119).

A dimensão dos grupos escolares e a relevância da função de direção escolar, nos demonstra o quanto foi significativo para as mulheres a entrada no campo profissional da educação para além da função do magistério.

A sociedade republicana e o papel da mulher

Na virada do século XIX para o século XX a sociedade brasileira assistiu a um esforço por parte de suas elites no sentido de transformar o país em uma nação civilizada e moderna, típica dos novos tempos pelos quais o mundo atravessava. Com a premissa da ordem e progresso se desejava superar o atraso de uma população ainda acostumada a comportamentos e hábitos os quais fazia-se necessário extirpar.

Neste processo, foram sendo definidos preceitos categóricos e inapeláveis a serem cumpridos por cada membro do grupo social, o que lhes determinava um papel previamente designado e intransferível. À mulher caberia o de ser “esposa”, “mãe”, “rainha do lar”, com atributos de docilidade, recato, fragilidade, submissão e passividade.

Aqui é importante ressaltarmos a força das tradições francesas — das quais éramos herdeiros e cumpridores fiéis — sobre nosso país¹ para entendermos a forma como os franceses viam o papel e a função da mulher na República e o modo pelo qual nós o reproduzimos nos trópicos.

Se no Brasil ao longo da década de 1920 os influxos da outrora “pátria mãe” encontravam as primeiras barreiras numa nação em busca da sua identidade cultural, a presença francesa prosseguia direcionando o cenário político e cultural brasileiro, numa relação que remonta aos primórdios da República (CAMARGOS, 2003:134).

É esta influência francesa que irá caracterizar, de certa forma, a imagem que se fazia da mulher e seu papel nos primórdios da República brasileira. Garcia (2008) explica que, para a grande maioria dos parlamentares franceses que votaram a favor do regimento que oficializou a instrução secundária francesa

o acesso das mulheres à instrução não era destinada ao desenvolvimento e contentamento pessoal das mesmas, mas especialmente para a estabilidade e harmonia do lar. Apesar das contribuições que esta lei proporcionou para a emancipação das mulheres, os trâmites que criam o ensino secundário feminino tinham como verdadeiro objetivo a continuidade da subordinação da mulher ao homem e a um ideal que parece transcender estes dois: a família. Outro aspecto a considerar refere-se a não participação das mulheres na criação da lei que lhes diziam respeito diretamente o que comprova a desvinculação da instrução feminina com o acesso aos direitos políticos (GARCIA, 2008:3).

Garcia nos informa, ainda, que Jules Ferry, considerado como um dos fundadores da identidade republicana francesa, “defendia que um Estado laico não pode aceitar que a igreja conduza uma parte da educação das meninas e moças, ao considerar a escola como um suporte para a afirmação durável do espírito republicano laico e também como um meio para a promoção social” (GARCIA, 2008:2), com a ressalva de que, a igreja católica foi mais influente nos destinos da política brasileira, do que na francesa, “apesar de ambos os países terem existido grupos de oposição ao conservadorismo e a moralidade cristã” (GARCIA, 2008:6).

Por outro lado, a consolidação e o fortalecimento do capitalismo exigia que seu projeto de domínio ideológico sobre o proletariado atingisse também o seu espaço de intimidade, o que compreendia uma intervenção no interior dos lares dos trabalhadores. Isso significava a necessidade imperiosa das famílias adotarem padrões de comportamento e valores burgueses, na medida mesma do projeto de “eliminação da diferença, de normalização do outro, que se coloca como motivação primeira das investidas do poder sobre a classe operária fora das fábricas” (RAGO apud SANTOS, 2009:3).

No imaginário do século XIX e XX, o sexo feminino estava à mercê de seu aparelho reprodutivo que, segundo se acreditava, tornava seu comportamento emocional errático e imprevisível. Nesse momento, a imagem construída para a mulher destacava a sua fragilidade física, da qual decorriam sua delicadeza e debilidade moral (SANTOS, 2009:3).

Foi justamente a medicina social — que, por meio de razões de natureza biológica, assegurava como categorias tipicamente femininas a fragilidade, o recato e o predomínio das faculdades afetivas — a promotora da gênese da transformação do papel da mulher como ente ativo na sociedade e na família, propugnando a ela um papel de mãe, que a mulher passou a desempenhar como função fundamental no desenvolvimento da família moderna, tornando-se responsável pela saúde e higiene da família no lar, justamente em um momento em que prosperava uma obsessão coletiva contra micróbios, bactérias e tudo o mais que representasse ou potencializasse o surgimento de moléstias e epidemias.

As preocupações com a infância — nascimento, lactação, banhos, asseio corporal, vestuário —, com a vida doméstica — saúde e papel social da mulher, limpeza, prevenção de doenças e vícios como o álcool e o jogo — e com o espaço público — urbanização,

ordem, combate à propagação de moléstias e epidemias – formam um conjunto nada desprezível sobre o que pode ser caracterizado como moderno e modernizador, ainda que iniciativas voltadas para a saúde individual e social não sejam prerrogativas apenas dos tempos modernos (PERUGA, 2000 apud PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009:136).

Por isso, Rago citado por Santos (2009) afirma que a casa é considerada o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação (RAGO apud SANTOS, 2009:10). Por outro lado, Garcia também argumenta que

Além da preocupação com a mulher esposa, outro fator que deveria ser colocado em evidência era a importância da mulher-mãe, responsável pela educação dos filhos. Discutia-se que se elas fossem ignorantes e supersticiosas seriam conseqüentemente mães educadoras nesta imagem e impediriam o desenvolvimento da sociedade. Desta forma, se preocupar com a maneira de educar as mulheres seria tomar consciência do papel essencial assumido por elas no seio da família (GARCIA, 2008:2).

Nesse contexto e em meio um longo processo de lutas das mulheres em busca de reconhecimento na sociedade, elas passam a ocupar o cargo de professora que naquele momento era visto pelo governo como uma “vocação” feminina, em razão do estereótipo da mulher boa mãe, abnegada, dedicada, pura, assim havia a crença de que a mulher já nascia com a aptidão de cuidar de crianças.

Embora essa inserção no mundo do trabalho tenha ocorrido em uma profissão considerada hierarquicamente como “inferior” na época, a mesma representou uma possibilidade para as mulheres extravasarem a atuação puramente doméstica. Isto, sem dúvidas, foi um passo importante para o avanço da mulher no mercado de trabalho e para a ampliação de seus direitos.

A ocupação do magistério

No que tange ao avanço feminino no mercado de trabalho destacamos a ocupação gradativa das mulheres na função do magistério, principalmente, nas séries iniciais. Apple (1988), ao comparar os fatos históricos dos Estados Unidos e Inglaterra e relacioná-los com as ideologias de gênero, percebeu uma tendência à feminização do magistério.

O autor demonstra que essa função passou a ser intensamente ocupada pelas mulheres ao final do século XIX, pois antes, nesses países, o magistério era ocupado na sua maioria por homens, daí apontar para uma “estreita relação entre o acesso de grande número de mulheres a uma ocupação e a lenta transformação desta” (APPLE, 1988:16).

Com relação ao cenário brasileiro, Souza (1998) nos revela que em São Paulo os primeiros governos republicanos investiram na formação dos professores e na valorização

do magistério por meio da reforma da Escola Normal e da concessão de melhores salários aos professores.

Nesse cenário educacional o trabalho feminino foi ganhando maior destaque ao final do século XIX, com o aumento do número de escolas e a falta de professores do sexo masculino. Segundo a autora, pelo fato dos salários não serem atrativos para os homens esta passou a ser uma das razões mais fortes para a carência de profissionais, o que possibilitou ainda mais a inserção da mulher.

Dessa forma, as alterações econômicas e estruturais da sociedade da época possibilitaram o início do processo de feminização do magistério, originado a partir da luta das mulheres em busca de espaço no mercado de trabalho. Espaço este cuja ocupação não se deu de forma pacífica, na medida em que “não foi aceita tranquilamente pelos homens que exerciam a profissão, principalmente porque isso significava uma perda de um espaço profissional num mercado que não oferecia tantas oportunidades de trabalho” (ALMEIDA, 2014:130).

Deste modo a compreensão de que a feminização do magistério se processa como um “favor” não se sustenta, principalmente “por adotar uma visão que considera um aspecto apenas parcial do fenômeno por ignorar a voz dos agentes envolvidos” (ALMEIDA, 2014: 131).

Além disso, é preciso considerar, no dizer de (CAMPOS *apud* DEMARTINI E ANTUNES, 1993:7) “dois momentos diferenciados: por um lado, houve uma transformação nos valores e as mulheres ganharam maior espaço na sociedade; por outro lado, notava-se a permanência de certos padrões básicos de comportamento”.

A exemplo da profunda diferenciação preconceituosa estabelecida entre homem e mulher no que tange às responsabilidades profissionais e financeiras, Demartini e Antunes (1993) citam o posicionamento de um professor chamado Oscar Thompson, diretor da escola normal de São Paulo, o qual sugeria 4 critérios para o aumento salarial dos professores, sendo o último destes baseado no sexo do professor e para tal exigência o diretor explicou o motivo alegando que

É sabido que o professor tem maiores responsabilidades civis que a professora. O professor é sempre o chefe da família. Pesam exclusivamente sobre seus ombros as obrigações do lar. A professora é em regra casada e com o esposo divide o peso dos encargos da família. Raras vezes a professora é, entre nós, a responsável pelas despesas domésticas. Não é justo, pois, que ambos, em posições diversas, percebam os mesmos vencimentos. Não pretendemos com isto a discriminação dos honorários das professoras, mas desejamos que se algum aumento for possível ele seja em benefício dos professores (DEMARTINI E ANTUNES, 1993:7).

No discurso acima Thompson ressalta que o critério “sexo” para o aumento salarial não é uma atitude discriminatória as mulheres, mas sim uma questão de justiça, uma vez que ambos os sexos possuem obrigações distintas e o homem sofre com maiores encargos

por ser o “provedor” do lar, o que possui maiores responsabilidades civis e, portanto, é “merecedor” de maiores salários.

Saindo da esfera macro e adentrando no contexto paraense, a realidade do discurso mencionado anteriormente não é diferente. Como percebemos no livro “Noções de Educação Cívica”, de Hygino Amanajás publicado em 1898, o qual relaciona conceitos e ideais de cidadania propostos pela nascente República no Estado do Pará.

No último item da referida obra, trata dos deveres da mulher para com a Pátria e ali, ele propõe que aquela deve amar a esta cultivando no coração dos filhos este amor sagrado. Especialmente neste item, referente ao papel da mulher na República, Amanajás delimita com precisão o lugar que cabe a ela.

apezar de não ser chamada ao exercício dos direitos políticos, tem deveres sacratíssimos para com a sua patria.

É na athmosphera serena do lar, no seio da familia, que ella deve especialmente desobrigar se desse nobilissimo dever, porque ahi a sua acção benefica e salutar se exerce mais facilmente e se augmenta com o carinho, inspirado pelo amor.

Também no magisterio, em que é sem duvida superior ao homem, quando se trata de ensinar creanças, tem ella ensejo, ou antes, tem obrigação imperiosa de cumprir esse dever, que ainda mais a engrandece (AMANAJÁS, 1898:110).

Como fica claro, para ele à mulher não cabe o exercício dos direitos políticos, na medida em os *loci* de seu dever patriótico são o lar, a família e o magistério onde, aí sim, é superior ao homem. Em que pese já existirem iniciativas — embora isoladas — de mobilização das mulheres por seus direitos no século XIX, é somente no início do século XX que o feminismo ganha força e começa a lutar pelo voto, influenciado por experiências europeias e norte-americanas.

Costa (2015) ao discutir a formação de professores para o ensino primário no Pará, durante os anos iniciais do regime republicano reflete sobre a presença da mulher na Escola Normal como uma espécie de paradoxo, pois esta era objeto de um processo formativo dentro dos propósitos da relação professora/mãe, tendo reforçado seu caráter sexista, embora a experiência tenha significado, em termos práticos, a aquisição de novos saberes e relações, “visto que uma vez formadas, essas mesmas mulheres iriam ocupar maior espaço na esfera pública” (COSTA, 2015:11). E complementa afirmando que

a instrução recebida pelas alunas na Escola Normal de Belém do Pará fomentou novas perspectivas no sentido de ampliar a atuação das mulheres ao introduzi-las na educação como sujeitos importantes na formação do homem “moderno” e “civilizado”. Tratavam-se de experiências que eram vivenciadas pelas mulheres neste contexto e que foram importantes, ainda que para um número pequeno de mulheres, para a ampliação da atuação feminina em Belém do Pará, na virada do século XIX para o XX (COSTA 2015:22).

Souza (1998:73) se utiliza de dados disponíveis no Anuário do Estado de São Paulo de 1911-1912 para revelar, em percentuais, as características dos professores dos grupos escolares. Na capital paulista, mais da metade (63,08%) era formada por normalistas², dos quais a grande maioria (80,62%) era do sexo feminino. Já nas cidades do interior de São Paulo, os professores complementaristas³ representavam 55,60% e o número de professores do sexo masculino estava na proporção de 33,47%.

Realidade esta diferente da vivenciada pelas mulheres na segunda metade do século XIX, período no qual elas “estavam longe de uma expressividade no ensino das primeiras letras. Para se ter uma ideia, em 1855, dos cinquenta e um professores primários da província do Pará, apenas sete eram mulheres” (COELHO, 2008:119).

Outras informações apresentadas por Coelho (2008) nos aponta que ainda no final do século XIX, a participação da mulher no magistério já era mais expressiva e tal acontecimento foi justificado em 1894 por Alexandre Vaz Tavares, diretor da instrução pública do Pará, em razão de dois motivos, o primeiro seria “por ser o curso normal o mais elevado grau de ensino para as mulheres, enquanto que aos rapazes era permitida a escolha de outras profissões; o segundo motivo, a irrisória retribuição pecuniária ao trabalho docente” (COELHO, 2008:120).

No entanto, a partir da criação dos grupos escolares — instituição escolar de excelência — a docência nestes estabelecimentos passa a ganhar destaque e se torna um cargo bastante disputado pelos professores em razão de melhores salários e condições de trabalho e, também, por apresentarem melhor localização e infraestrutura. Trabalhar em um grupo escolar, portanto, conferia prestígio, especialmente para as mulheres, que buscavam sua ascensão na carreira do magistério.

A figura feminina nas mensagens dos governadores (1899-1928)

Um dos avanços relativos ao ingresso da mulher como profissional do ensino alvorecer da República paraense diz respeito a uma medida do Decreto de 2 de janeiro de 1899, que autorizava às mulheres o ensino para meninos, o que, até então, era proibido.

Cabe ressaltar — como já mencionado — que tal medida foi tomada tendo em vista a escassez de professores do sexo masculino, pois de acordo com o Relatório de 1900, a Escola Normal do Estado destinada a formar professores para o ensino primário, tinha seu corpo docente em sua maioria formado por mulheres.

A nossa Escola Normal nos últimos anos tem estado quase reduzida ao ensino do sexo feminino, pois a matrícula de alunos do sexo masculino tem baixado a porcentagem sempre inferior a 10% apesar dos esforços do poder público no sentido de atrair os homens ao estudo normal.

Os últimos três anos apresentam a proporção de 1:15 entre homens e mulheres diplomadas na Escola Normal (PARÁ, 1900:51).

Para o governador Justo Chermont tratava-se de adotar medidas que “salvassem” o ensino primário de profissionais sem as devidas habilitações e idoneidade, por isso ele não hesitou em “entregar às mulheres, que em uma maioria esmagadora formam hoje o nosso pessoal de professores normalistas, o ensino do sexo masculino, único que lhe era vedado pelas reformas até então vigentes” (PARÁ, 1900:51).

Outro aspecto que justifica tal medida diz respeito à formação profissional dos professores do sexo masculino, que em sua maioria eram interinos e não possuíam a devida competência, o zelo e a dedicação para bem exercerem a nobre profissão de mestre escola. O ensino primário estava passando por mudanças quanto aos programas e os métodos que deveriam ser aplicados, nesse contexto os professores também não poderiam ser escolhidos ao acaso, tanto que o decreto 1.190, de 17 de Fevereiro de 1903 estabeleceu que fossem realizados “processos de concorrência” para a ocupação dos cargos de professores efetivos, estabelecendo vantagens como gratificações e possibilidade de crescimento na carreira.

Alludo á concessão de gratificações adicionais de 15, 30 e 40% sobre vencimentos do professor, segundo o tempo de serviço; á vitaliciedade depois de 2 annos de exercicio effectivo: aos direitos de remoção e permuta; á disponibilidade nos casos de extinção da escola e invalidez, por moléstia contagiosa ou incurável, que o impossibilite para o serviço, o que representa excepcional vantagem para essa classe de funcionários (PARÁ, 1910:51).

O decreto acima citado possibilitou também que as mulheres concorressem às cadeiras como professoras adjuntas nos grupos da capital, uma vez que essas tinham dificuldades para assumir as cadeiras no interior do Estado. O próprio governador Montenegro argumenta que

como a nossa Escola Normal diplôma anualmente numero consideravel de moças, que ficariam desaproveitadas pela impossibilidade de começarem a carreira pelo interior pareceu acertado deixar-lhes aberta, pela porta larga do concurso, a entrada para classe de adjunctos, que constitue a guarda avançada do magisterio (PARÁ, 1910:51).

A presença da mulher enquanto profissional do ensino foi crescendo de forma tímida ao longo das primeiras décadas do século XX. Segundo o relatório de 1911, o primeiro concurso realizado para a classe de professora adjunta em um grupo da capital foi realizado em maio do ano corrente, tendo sido inscritas oito candidatas, mas somente sete realizaram a prova, sendo efetivada “[...] no cargo em concurso a candidata unanimemente classificada em primeiro logar e cujas provas de habilitação lhe valerem honrosas referencias” (PARÁ, 1911:20).

O baixo número de matrículas masculinas na escola normal continuou nos relatórios dos anos seguintes. Conforme relato do governador Enéas Martins “o sexo masculino vae abandonando a Escola. Dentre os 227 estudantes, há apenas 9 rapazes” (PARÁ, 1916:75).

Em 1919, em que pese a maioria esmagadora do corpo discente da escola normal ser formado por alunas, paradoxalmente, apenas uma mulher atuava como professora⁴ naquele estabelecimento.

Um aspecto importante a ser destacado refere-se à confiança depositada pelo próprio governador no trabalho da mulher como profissional do ensino, que se expressa claramente na manifestação do governador Lauro Sodré:

Não ha porque nos descontentarmos ao ser a missão de ensinar confiada a mãos femininas. Si em toda parte a mulher tem revelado a sua aptidão especial para esse mister, tão digno della, aqui não têm sido em menor grão as demonstrações de seu feitio moral, que a faz apta para essa tarefa (PARÁ, 1918:55).

Como podemos observar com o advento da República, o Brasil passou por um processo de valorização da instrução como caminho para a construção de um país dentro da ordem e no caminho do progresso, com ênfase à escola como lócus de desenvolvimento, não apenas do conhecimento, como também da moral, dos bons costumes e da higiene, destacando o papel da mulher como educadora dos mais novos, tendo em vista a construção de uma nação mais desenvolvida.

Nessa fase inicial da república, a figura masculina ainda era muito presente no meio escolar, principalmente na função de diretor de grupo escolar. Quando tais grupos surgiram o cargo de direção era ocupado por homens, como foi o caso do 2º Grupo da Capital paraense (Benjamin Constant), o qual teve como primeiro diretor o professor Bertoldo Nunes (1901) e como segundo o professor Raimundo Trindade que administrou o grupo até 1922, quando assumiu a primeira mulher, a professora Aurelia de Seixas Franco.

Tal informação vai ao encontro da informação apresentada por Teive e Dallabrida (2011) em seu estudo sobre os grupos escolares de Santa Catarina, no qual os autores chamam a atenção para o fato de que os primeiros diretores de grupos escolares eram todos homens.

No entanto, com a expansão do ensino primário e com a modernização da sociedade houve a necessidade de educar a mulher para assumir papéis anteriormente ocupados apenas pelos homens, momento no qual a inserção da mulher no magistério atendia ao interesse político de alcançar o país da ordem e do progresso, ao mesmo tempo em que enfrentava o obstáculo de uma população, na sua grande maioria, analfabeta.

Esse processo não foi algo de fácil compreensão pela sociedade machista e patriarcal da época, sendo necessárias “sucessivas mudanças de costumes e mentalidades acerca do trabalho feminino, que vinham na esteira do novo século, para uma sociedade que precisava, de novos atores sociais para o seu desenvolvimento” (ALMEIDA, 1998:70).

Durante o século XX a mulher adentrou na profissão do magistério como nos revelam as mensagens dos governadores do Estado do Pará no início da década de 1920, que demonstram que o alunado da Escola Normal, responsável pela instrução secundária e formação dos professores era composto, na sua maioria, por estudantes do sexo feminino. Os relatórios da época nos revelam que a “matricula geral sobe a 277 alumnas e 4 alumnos com a frecuencia media de 255 alumnos” (PARÁ, 1921:75).

O governador paraense Antonino Emiliano de Sousa Castro, em seu relatório de 1922, defende que a causa dessa pequena participação masculina no magistério tenha ocorrido por causa da crise econômica que o país estava enfrentando o que desviava a “atividade dos môtos para outro campo mais difficil, porém que se lhes afigura mais lucrativo.” (PARÁ, 1922:70).

Esta era uma das inúmeras manobras pelas quais o Estado brasileiro passava, em um momento que Nagle (2009) caracteriza como sendo

um ponto de encruzilhada: ao mesmo tempo, existem condições objetivas distintas que começam a se radicalizar por sua transformação em condições contraditórias, quando esforço para manutenção da ordem política tradicional começa ser contrabalançado pelo esforço para sua alteração (NAGLE, 2009:15).

Análise corroborada Sousa Castro, que nos releva em seus relatórios acreditar que o país estava passando por uma fase transitória e que a situação econômica iria melhorar e com isso voltaria a ter o que ele chamou de “periodo regular da vida commum do Estado” (1922:70), no qual os homens voltariam a participar mais intensamente do cargo de magistério. No entanto, o governador conclui seu discurso com a ideia de que tal ocupação necessita de habilidades próprias do sexo feminino

as senhoras tem em geral, tão accentuada capacidade para ensinar, principalmente nos primeiros e realmente mais difficeis grãos da escola, em que é indispensável maior paciencia, carinho e habilidade, que em verdade não haveria prejuizo si o magisterio tivesse de ficar limitado unicamente ao sexo feminino, maximé quando as circunstancias da vida actual têm mostrado de sobra que, junto com as qualidades de delicadeza, a mulher possui o vigor, a resolução e a constancia, que a tornam nobremente igual ao homem nas ocupações sérias da existencia.” (PARÁ, 1922:69-70).

Com o avançar da década de 1920, percebemos que as mulheres continuavam a ser reveladas nas mensagens dos governadores como seres possuidores de um dom natural ou divino para o magistério, como também verificamos que no período entre 1925 a 1927, dos 10 grupos escolares existentes na capital paraense, um não apresentava dados sobre sua direção escolar e os 9 restantes possuíam na função de direção professoras normalistas, conforme as informações contidas na mensagem do Governador Bentes em 1928.

Como Louro (2006) nos apresenta o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho ou mais especificamente no magistério não ocorreu de forma pacífica, pelo

contrário, houve muita resistência e críticas da sociedade da época para com o trabalho feminino fora do ambiente doméstico.

A autora aponta ainda para a ideia que se foi construindo na época para a aceitação da mulher no magistério e que justificava a saída do homem da sala de aula devido ao reordenamento de papéis, uma vez que a mulher teria a seu favor uma certa disposição natural em ser professora, assim, “a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem ‘vocaçãõ’” (LOURO, 2006:450).

Considerações finais

Buscamos neste artigo tratar da inserção da mulher no campo profissional da educação a partir da análise das mensagens dos governadores e relatórios da época que dialogam com a realidade da sociedade paraense no período da Primeira República, com ênfase no último decênio. Consideramos a participação feminina no cenário educacional do país não como sendo algo “natural”, mas sim com consequência de lutas feministas e por exigências da conjuntura política e econômica que a sociedade republicana vinha passando.

A análise das mensagens dos governadores paraenses entre 1899 a 1928 nos permite perceber um tipo de representação da mulher como pessoa dócil e paciente, características essenciais para a instrução de crianças, sobretudo se esta tiver por base a formação moral, cívica e intelectual dos alunos construtores de uma nova nação.

Percebemos, por outro lado, que os governadores, quando se referiam a um titular na direção da escola, faziam-no utilizando o gênero masculino; como se sempre houvesse um diretor e nunca uma diretora. No entanto, suas mensagens também nos revelam, nas entrelinhas, que as funções de docente e diretor foram sendo desocupadas pelos homens para que eles pudessem assumir outros cargos de maior complexidade e com melhores salários, gerando uma vacância que foi sendo gradativamente ocupada pela disponibilidade das mulheres.

De forma geral podemos concluir que a profissionalização feminina no âmbito educacional se concentrou na atuação no campo do magistério primário, pois como verificamos nos relatórios dos governadores a docência primária necessitava de doçura e afabilidade, que eram características “próprias” da mulher. Para além disso, a escola primária era considerada como uma continuidade do lar, uma vez que a mulher, já sendo a responsável pela educação dos filhos, seria a pessoa ideal para ensinar as demais crianças.

Como se vê, a luta pelo reconhecimento, respeito e valorização da mulher no mercado de trabalho vêm se arrastando ao longo da história, por caminhos tortuosos e de

muitas lutas, que trouxeram um grande número de vitórias, embora essas vantagens conquistadas, ainda não sejam o ideal pretendido, pois o poder de mando masculino continua em muitas relações de emprego, segregando a mulher a ponto de estabelecer grande diferença entre os dois gêneros até os nossos dias.

Recebido em: 15/05/2018, Reapresentado em: 11/11/2018 e Aprovado em: 21/11/2018

Notas

- 1 Camargos (2003) esclarece que Clemenceau, primeiro-ministro francês, ao visitar São Paulo, considerava-a “tão curiosamente francesa em certos aspectos”, que sua estadia nela não lhe pareceu que estava no estrangeiro. A autora também nos esclarece que antes disso, Sarah Bernhardt, “em sua segunda visita a São Paulo, em julho de 1893, quando se hospedou no Hotel Flora, na Vila Mariana, sintetizou o eurocentrismo nacional, afirmando que São Paulo era a cabeça do Brasil e o Brasil, a França americana” (CAMARGOS, 2003:137).
- 2 A denominação de professores normalistas e complementaristas, surgiu ao final do século XIX e início do século XX a partir dos dois modelos de escolas formavam os docentes da época: as escolas normais e as escolas complementares. A princípio a formação dos professores era realizada pela Escola Normal, no entanto com o discurso republicano de expansão da instrução pública e com o advento dos grupos escolares, aumentou-se a quantidade de alunos e a necessidade de um número maior de professores.
- 3 Com o aumento da demanda de professores, foram criadas as escolas complementares que “conferiam uma feição profissional reduzida e conteúdos de cultura geral, uma vez comparadas à Escola Normal da Capital” (TANURI, 1979:129). Com a criação das escolas complementares se instalou o que ela denominou de uma dualidade do sistema de formação do magistério, uma vez que “a Escola Normal, com um ensino de qualidade superior, e as escolas complementares, com um ensino pouco mais aprofundado que o elementar” (SOUZA, 1998:64).
- 4 Compõe-se presentemente de dezenove membros, sendo 14 cathedraticos e 5 interinos. São cathedraticos: Cornelio Pereira de Barros, lente dos 2º e 3º annos de Portuguez; João Paulo de Albuquerque Maranhão, lente de literatura; Dr. Americo Campos, lente de Hygiene; Dr. Francisco Pondé, lente de História Natural; Dr. Alexandre Tavares, lente de Physica e Chimica; Dr. Alfredo Lins de Vasconcellos Chaves, lente de Historia do Brasil; Coronel Marcos Antonio Nunes, lente de Arithmetica; Dr. Deodoro de Mendonça, lente de Educação Moral e Civica; Dr. Elias Augusto Tavares Vianna, lente de Psychologia e Pedagogia; D. Sarah Ribeiro de Araujo, professora de Francez; Manoel João Alves, professor de Calligraphia; Jose Girard, professor de Desenho e Genesio Alves de Leão, professor de Gymnastica. São interinos: Conego Jose de Andrade Pinheiro, lente de portuguez, no 1º Anno; Maestro Manoel Luiz de Paiva, que substitue na cadeira de Musica o lente effectivo, Maestro Jose Gama Malcher, Dr. Themistocles Alvares de Araujo, que rege a cadeira de Geographia, em substituição do lente effectivo, o Dr.Eladio de Amorim Lima; Angyone Costa, substituto do Dr. Manoel Lobato, lente effectivo de Hitoria Geral; Cornelio Pereira de Barros, que professa a 3º cadeira de Portuguez, da qual é effectivo o lente Antonio Ferreira dos Santos (PARÁ, 1919:119).

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: EdUnesp, 1998.
- _____. Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Demerval. et al. **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores associados, 2014. p. 127-202.
- AMANAJÁS, Hygino. **Noções de educação cívica**. Belém. Typographia do Diario Official, 1898.
- APPLE, Michael. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: FCC, n. 64, p. 14-23, fev. 1988.
- CAMARGOS, Marcia. Uma República nos moldes franceses. **Revista USP**, São Paulo: USP, n.59, p. 134-143, setembro/novembro 2003.
- COELHO, Maricilde Oliveira. **A escola primária no Estado do Pará (1920-1940)**. 2008. 205 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COSTA, Edivando da Silva. **Civilizar a nação pela instrução pública: formação de professores e ensino primário no Pará (1891-1909)**. 2015. 119 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: FCC, n. 86, p. 5-14, ago. 1993.
- GARCIA, Leticia Cortellazzi. O secundário e as mulheres: Uma comparação entre Brasil e França no campo educacional. In: Seminário Fazendo Gênero - Corpo, Violência e Poder, 8ª edição, 2008, Florianópolis. **Anais do 8º Seminário Internacional Fazendo Gêneros**. Florianópolis, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: UNESP/Contexto, 2006. p. 443-481.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo, SP: Editora Edusp, 2009.
- PARÁ. **Decreto nº 625 de 2 janeiro de 1899**. Reorganisa o ensino primario do Estado.Pará, 1899.
- _____. **Mensagem** do Dr. José Paes de Carvalho. Em 1 de Fevereiro de 1900. Belém, 1900.
- _____. **Mensagem** do Dr. Augusto Montenegro. Em 7 de Setembro de 1903. Belém, 1903.
- _____. **Mensagem** do Dr. João Antonio Luiz Coelho. Em 7 de Setembro de 1910. Belém, 1910.
- _____. **Mensagem** do Dr. João Antonio Luiz Coelho. Em 7 de Setembro de 1911. Belém, 1911.
- _____. **Mensagem** do Dr. Enéas Martins. Em 1 de Agosto de 1916. Belém, 1916.
- _____. **Mensagem** do Dr. Lauro Sodré. Em 7 de Setembro de 1918. Belém, 1918.
- _____. **Mensagem** do Dr. Lauro Sodré. Em 7 de Setembro de 1919. Belém, 1919.
- _____. **Mensagem** do Dr. Antonino de Sousa Castro. Em 7 de setembro de 1921. Belém, 1921.
- _____. **Mensagem** do Dr. Antonino de Sousa Castro. Em 7 de setembro de 1922. Belém, 1922.
- _____. **Mensagem** do Dr. Dionysio Ausier Bentes. Em 7 de setembro de 1927. Belém, 1927.

PYKOSZ, Lausane Corrêa; Oliveira, Marcos Aurelio Taborda de. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. **Currículo sem Fronteiras**, S.l.: ABdC, v. 9, n. 1, 135-158, 2009.

REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

SANTOS, Aline Tosta dos. A construção do papel social da mulher na Primeira República. **Revista em Debate**, PUC-Rio: Rio de Janeiro, fascículo 8, 2009. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.pucpr.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=14404@1. Acesso em: 03 mar. 2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar**, Curitiba: UFPR, n.18, p. 75-101. 2001.

_____. Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. **O Ensino normal no Estado de São Paulo (1890-1930)**. Publicações da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: Estudos e Documentos, 1979.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Noberto. **A escola da república: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

VIDAL, Diana (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, Mercado das Letras, 2006.